

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Aos Acolistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Fator Seguradora S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas de acordo com a legislação societária e com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes.

A Seguradora atua nos seguintes grupos de seguro: **Linhas Financeiras:** abrangendo os ramos de garantias de obrigações públicas e privadas e fiança locatícia; **Patrimonial:** Compreendendo riscos de engenharia, lucros cessantes, compreensivo empresarial, riscos diversos e riscos nomeados e operacionais; **Responsabilidades:** incluindo responsabilidade civil geral, erros e omissões (E&O) e responsabilidade de administradores (D&O).

A Fator Seguradora S.A. é especializada, de forma abrangente, nos ramos relacionados à infraestrutura. A Companhia conta com equipe de colaboradores experientes, utiliza sistemas de última geração, mantém contratos com resseguradores nacionais e internacionais e dispõe de uma estrutura eficiente de distribuição, por meio de corretores de seguros especializados nesses segmentos. É propósito da Seguradora manter sua atuação nos segmentos em que possui comprovada experiência.

Desempenho:
No exercício de 2025, a Fator Seguradora S.A. alcançou prêmios emitidos no montante de R\$ 795.994 milhões, superiores aos R\$ 768.895 milhões registrados no exercício anterior. O prêmio ganho totalizou R\$ 749.732 milhões em 2025, frente a R\$ 625.897 milhões em 2024.

Os ativos totais somaram R\$ 1.982.858 bilhão, superiores aos R\$ 1.965.973 bilhão registrados em 31 de dezembro de 2024. A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 45.973 milhões no exercício e lucro de R\$ 31.271 milhões no exercício anterior.

Distribuição de lucros:
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício é destinado a reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. A Seguradora prevê a distribuição mínima obrigatória de dividendos correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

No exercício de 2025, foram provisionados R\$ 16.916 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio, superiores aos R\$ 12.126 milhões pagos em 2024. Adicionalmente, em maio de 2025, foram distribuídos e pagos dividendos no montante de R\$ 24.000 milhões.

Capacidade financeira:
Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para operar em todo território nacional. A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentem situação de perda provável.

Em atendimento à Lei 6.404/76 artigo 133, divulgamos as informações sobre política de equidade:
Outros assuntos:
I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia;

Grupos
Operacional 79% 61%
Tático 50% 35%
Estratégico 50% 17%

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia;
Sexo
Feminino 18% 16%
Masculino 82% 84%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;

Remuneração fixa		Comparação % entre Mulher/Homem	
2024	2025	2024	2025
Operacional	84%	81%	81%
Tático	103%	96%	96%
Estratégico	98%	97%	97%

Remuneração variável		Comparação % entre Mulher/Homem	
2024	2025	2024	2025
Operacional	94%	92%	92%
Tático	103%	94%	94%
Estratégico	107%	95%	95%

- **Exclusão dos grupos analisados:** CEO e Aprendiz;
- **Horas extras:** não foram consideradas na análise;
- **Composição da remuneração variável:** foi utilizado o regime de caixa.

A Administração agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), à Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e ao Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo (Sindspeg), pelo apoio recebido.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota Explicativa		31/12/2025	31/12/2024
Prêmios Emitidos	23a	795.994	768.895	
(+/-) Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	23a	(46.262)	(142.998)	
(e) Prêmios Ganhos	23b	749.732	625.897	
(-) Sinistros Ocorridos	23c	(213.375)	(130.524)	
(-) Custos de Aquisição	23d	(104.089)	(91.319)	
(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais	23e	8	(3.156)	
(+) Resultado com Resseguro		(302.931)	(303.950)	
(+) Receita com Resseguro	23f	167.155	98.368	
(-) Despesa com Resseguro	23f	(470.086)	(402.318)	
(-) Despesas Administrativas	23g	(87.531)	(71.014)	
(-) Despesas com Tributos	23h	(20.947)	(16.298)	
(-) Resultado Financeiro	23i	53.989	45.075	
(-) Resultado Patrimonial	23j	6	12	
(e) Resultado Operacional		74.862	54.724	
(e) Resultado antes dos Impostos e Participações		74.862	54.724	
(-) Imposto de Renda	13	(12.885)	(7.971)	
(-) Contribuição Social	13	(5.938)	(4.797)	
(-) Participações sobre o Lucro	13	(10.065)	(10.685)	
(e) Lucro Líquido do Exercício		45.973	31.271	
(f) Quantidade de Ações	22a	4.814	4.814	
(e) Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$		9.549,99	6.495,88	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa		31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício			45.973	31.271
Outros Resultados Abrangentes			-	-
Resultado Abrangente do Exercício			45.973	31.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa		31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício			45.973	31.271
Ajustes para:				
Depreciação e Amortizações	16 e 17	4.326	3.891	
Perda (Reversão de Perdas) por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos		(868)	2.746	

Variação nas Contas Patrimoniais:
Ativos Financeiros (6.146) (9.179)
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros (25.011) (188.109)
Ativos de Resseguro 8.537 25.406
Créditos Fiscais e Previdenciários 12.709 (13.182)
Ativo Fiscal Diferido (3.537) 24
Depósitos Judiciais e Fiscais (90) -
Despesas Antecipadas 120 1.647
Custos de Aquisição Diferidos (12.828) (28.743)
Outros Ativos 945 (562)
Impostos e Contribuições 8.411 26.539
Outras Contas a Pagar 4.769 3.324
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros 22.614 121.074
Depósitos de Terceiros (18.585) 21.541
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros 10.787 30.661
Provisões Judiciais 393 75

Caixa Gerado pelas Operações 52.519 28.426
Imposto sobre o Lucro Pagos (16.563) (11.014)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais 35.956 17.412

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
Investimentos (5) (12)
Imobilizado (341) (221)
Intangível 17 (1.899) (3.167)
(2.245) (3.400)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Distribuição de Dividendos (24.000) -
Juros e Capital Próprio (19.916) (12.126)
Aumento/(Redução) Consumido nas Atividades de Financiamento (40.916) (12.126)
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa (7.205) 1.886

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício 9.424 7.538
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício 2.219 9.424

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RECLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 48: Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido. Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtiver essa classificação no reconhecimento inicial. As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

g) Instrumentos financeiros derivativos
A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

h) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização
Os prêmios e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata temporis" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

i) Investimentos
Os investimentos classificados no ativo permanente, referem-se substancialmente ao acervo composto por obras de arte, recebidas em dação em pagamento de um seguro, adquiridas no exercício de 2020 reconhecidas contabilmente pelo valor justo totalizando R\$ 4.466 milhões. Adicionalmente, encontra-se registrado na rubrica de investimentos o montante de R\$ 324 mil, correspondente à participação da Companhia na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., mensurada com base nas informações e relatórios disponibilizados pela referida entidade.

j) Imobilizado
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

k) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (iii) Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Licenças de uso de software adquiridas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

l) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros
O valor contábil líquido dos ativos não financeiros é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indiquem possível perda no valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) Provisões técnicas
• A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;

• A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada de acordo com metodologia específica descrita em Nota Técnica ATUAR (NTA) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão;

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		Passivo	
	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		1.367.224	1.395.771
Disponível	7	2.219	9.424
Caixa e Bancos	7	2.219	9.424
Aplicações	8	182.310	92.544
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	6e	480.110	459.206
Prêmios a Receber	10	401.053	380.190
Operações com Seguradoras		34.553	49.040
Operações com Resseguradoras		44.504	29.976
Outros Créditos Operacionais	11 e 6b/e	3.652	2.012
Ativos de Resseguro e Retrocessão	19d	654.701	683.443
Títulos e Créditos a Receber	6e	2.497	19.623
Títulos e Créditos a Receber		772	19
Créditos Tributários e Previdenciários	12	1.259	13.968
Outros Créditos		466	5.636
Despesas Antecipadas	6f	202	322
Custos de Aquisição Diferidos		72.485	64.384
Seguros		72.485	64.384
Ativo Não Circulante	19b	584.682	635.915
Realizável a Longo Prazo		570.452	618.706
Aplicações	8	238.724	322.344
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	6e	85.819	82.848
Prêmios a Receber	10	82.912	77.698
Operações com Seguradoras		2.907	4.786
Ativos de Resseguro e Retrocessão	19d	174.077	153.872
Títulos e Créditos a Receber	6e	5.764	2.137
Créditos Tributários e Previdenciários	12	5.619	2.082
Depósitos Judiciais e Fiscais	14	145	55
Outros Valores e Bens	15.1	4.441	969
Custos de Aquisição Diferidos		61.627	56.900
Seguros		61.627	56.900
Investimentos	6f	4.789	4.784
Participações Societárias		323	318
Obras de Arte		4.466	4.466
Imobilizado	16	1.098	1.508
Bens Móveis		805	775
Outras Imobilizações		293	733
Intangível	17	8.343	10.017
Outros Intangíveis		8.343	10.017
TOTAL DO ATIVO		1.982.858	1.965.973
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
PASSIVO		1.367.224	1.395.771
Circulante	6e	33.064	43.875
Contas a Pagar		9.462	10.108
Obrigações a Pagar		9.634	11.429
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		5.287	5.507
Encargos Trabalhistas		8.681	16.831
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	423.168	400.277	
Prêmios a Restituir		-	2.462
Operações com Seguradoras	10.1	49.951	59.762
Operações com Resseguradoras	10.2	307.095	280.669
Corretores de Seguros e Resseguros	10.3	64.264	55.622
Outros Débitos Operacionais		1.858	1.762
Depósitos de Terceiros	6e e 21	24.086	42.671
Provisões Técnicas - Seguros	3m e 19a	885.694	908.117
Danos		885.694	908.117
Outros Débitos		1.212	831
Provisões Judiciais	14	1.212	831
Passivo Não Circulante	22	415.295	374.920
Contas a Pagar		8.652	1.222
Obrigações a Pagar		8.652	1.222
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		62.118	62.395
Operações com Seguradoras	10.1	12.201	19.070
Operações com Resseguradoras	10.2	28.915	23.895
Corretores de Seguros e Resseguros	10.3	21.002	19.000
Provisões Técnicas - Seguros	3m e 19a	344.023	310.813
Danos		344.023	310.813
Outros Débitos		502	490
Provisões Judiciais	14	502	490
Patrimônio Líquido	22	200.339	195.282
Capital Social		146.480	146.480
Reservas de Lucros		53.859	48.802

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		146.480	22.916	6.741	176.137	31.271

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• A Provisão de Sinistros à Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados à liquidar, de sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguo aceito, brutos das operações de resseguo e líquidos das operações de cosseguo cedido. Esta provisão é complementada com os ajustes de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial;

• A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, conforme Nota Técnica Atuarial;

• A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados à liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados, incluindo as operações de cosseguo aceito, brutos das operações de resseguo e líquidos das operações de cosseguo cedido. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial;

• O Ativo de Direito de Salvados e Ressarcimentos é constituído pela expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos compreendidos entre a baixa da PSL e o reconhecimento da posse dos mesmos. É calculado com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial;

• É constituída provisão para cobrir eventuais desembolsos de caixa futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados, com base em valores emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Despesas financeiras";

• A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

n) Teste de adequação de passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, e, seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, em cada data de balanço, a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base junho e dezembro de cada ano. Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas Estruturas a Termo das Taxas de Juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2025, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões complementares.

o) Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% (quinze por cento), acrescida do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 mil anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), do lucro antes dos impostos. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Em 31 de dezembro de 2025, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos quantitativos futuros da Reforma Tributária sobre a carga tributária, resultados, fluxos de caixa e posição financeira da Companhia. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia seus potenciais efeitos, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, quando passarem a ser mensuráveis e aplicáveis. Assim, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 não incluem quaisquer efeitos relacionados à adoção futura da CBS, do IBS ou do IS.

q) Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais, civis e trabalhistas) são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências que assegurem sua realização, sem a possibilidade de recursos.

• **Provisões para riscos** - São avaliadas pela Administração, com base na opinião de assessores jurídicos, considerando a probabilidade de perda em ações judiciais ou administrativas que possam resultar em saída de recursos, desde que estimáveis com suficiente confiabilidade. São constituídas provisões para os processos classificados como de perda provável e divulgadas em notas explicativas. Adicionalmente, são reconhecidas provisões para honorários de êxito, quando aplicável, conforme os contratos firmados com os assessores jurídicos.

• **Passivos contingentes** - Referem-se a obrigações possíveis cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros. Não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados quando classificados como de perda possível, e não são reconhecidos nem divulgados quando classificados como de perda remota.

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - Correspondem a demandas judiciais nas quais são questionadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. Os valores envolvidos são quantificados, provisionados e atualizados, independentemente da classificação da probabilidade de perda.

r) Resultado por ação

O Pronunciamento Técnico (CPC 41) estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Mesmo que os dados do resultado por ação tenham limitações por causa das diferentes políticas contábeis que podem ser usadas para determinar resultados, um denominador determinado consistentemente melhora os relatórios financeiros.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

(i) Os prêmios de seguro e as correspondentes despesas de comercialização;

(ii) Contabilizados por ocasião da vigência do risco, certificado ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

4. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 50 - Contratos de Seguros.	Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros.	Regulamentação Pendente.
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações.	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	Vigente a partir de 01/01/2027.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (Correlato ao IFRS 18).	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	Vigente a partir de 01/01/2027.
CBPS nºs 01 e 02/IFRS S1 e S2.	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).	Vigente a partir de 01/01/2026.
Alterações do IFRS9 (CPC 48) e IFRS (CPC 40).	Reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de "hedge". Divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.	Vigente a partir de 01/01/2026.
Lei Complementar nº 214/2025.	Regulamenta a reforma tributária do consumo em 2033, com fase de transição em 2026 e 2032.	Vigência plena em 2033, com fase de transição em 2026 e 2032.

5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

A Seguradora iniciou suas atividades em 2008, ingressando no mercado especializado em seguros financeiros. Atualmente, opera nos ramos de Garantia do Setor Público e Privado, Riscos Patrimoniais, Responsabilidades e França Locatícia, atuando em todo o território nacional por meio de corretores de seguros.

Sua estrutura organizacional é composta pelas áreas Comercial, Jurídica, Técnica, Tecnologia da Informação, Sinistros, Resseguros, Controles Internos, Análise de Crédito, Administrativa e Financeira. Todos os departamentos e a Administração participam do processo de gerenciamento de riscos, por meio de um conjunto de políticas e estratégias consideradas adequadas pela Administração.

6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O monitoramento contínuo dos riscos de subscrição, crédito, operacional, mercado, liquidez e capital, integra a rotina do ambiente de gerenciamento de riscos da Seguradora.

a) Riscos de subscrição

O gerenciamento dos riscos de seguros constitui aspecto crítico da atividade da Seguradora, consistindo na aplicação de critérios para identificar, analisar e avaliar os riscos de cada seguro proposto, bem como no uso de ferramentas atuariais para a análise das diversas carteiras de negócios, com vistas à adequada precificação e constituição de provisões. Esse processo é conduzido pela área de subscrição de cada ramo comercializado, por meio de políticas e procedimentos internos, em conformidade com os requisitos regulamentares aplicáveis. O principal risco está relacionado à possibilidade de ocorrência de frequência e/ou severidade de sinistros em patamares superiores à capacidade econômica da Seguradora. Para mitigar esse risco, sem comprometer seu volume de negócios, a Seguradora transfere parte relevante de sua exposição às resseguradoras, por meio de operações de resseguo facultativo e automático, conforme o caso.

A Seguradora mantém política formal de resseguo, revisada no mínimo anualmente, que define os riscos a serem ressegurados, a relação de resseguradoras habilitadas e os limites de concentração. Os contratos de resseguo contemplam coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas de forma a reduzir a exposição da Seguradora de maneira adequada ao seu perfil de risco.

i - Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada, bruta e líquida de resseguros, das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguo						
Data de Ocorrência	dez -20	dez -21	dez -22	dez -23	dez -24	dez -25
No ano de divulgação	243.338	55.035	103.605	236.060	121.722	143.986
1 ano depois	295.134	80.316	136.556	251.690	177.277	-
2 anos depois	299.804	65.578	129.766	263.793	-	-
3 anos depois	285.013	64.282	127.895	-	-	-
4 anos depois	288.072	61.895	-	-	-	-
5 anos depois	283.829	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	283.829	61.895	127.895	263.793	177.277	143.986
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(284.094)	(60.623)	(121.099)	(251.838)	(115.785)	(28.955)
(+) Provisão referente à períodos anteriores	-	-	-	-	-	86.619
(-) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	282.900
(-/+)	-	-	-	-	-	-
(-) Total de PSL Administrativa	-	-	-	-	-	282.900

Sinistros administrativos - líquido de resseguo						
Data de Ocorrência	dez -20	dez -21	dez -22	dez -23	dez -24	dez -25
No ano de divulgação	3.004	3.828	(56.220)	(141.942)	(45.996)	20.978
1 ano depois	15.414	9.564	(52.307)	(131.434)	(36.521)	-
2 anos depois	26.232	6.936	(53.153)	(129.705)	-	-
3 anos depois	22.936	6.806	(53.485)	-	-	-
4 anos depois	24.252	7.046	-	-	-	-
5 anos depois	23.619	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	23.619	7.046	(53.485)	(129.705)	(36.521)	20.978
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(24.617)	(6.421)	54.821	132.076	42.824	2.644
(+) Provisão referente à períodos anteriores	-	-	-	-	-	6.731
(-) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	39.992
(-/+)	-	-	-	-	-	2
(-) Total de PSL Líquida Administrativa	-	-	-	-	-	39.993

Sinistros judiciais - bruto de resseguo						
Data de Ocorrência	dez -20	dez -21	dez -22	dez -23	dez -24	dez -25
No ano de divulgação	-	-	137	195	181	94
1 ano depois	81	17	434	593	1.250	-
2 anos depois	1.010	10.536	552	1.041	-	-
3 anos depois	4.485	6.118	646	-	-	-
4 anos depois	6.045	7.092	-	-	-	-
5 anos depois	11.347	-	-	-	-	-
(+) Estimativa corrente	11.347	7.092	646	1.041	1.250	94
(-) Pagamentos acumulados até a data-base	(556)	(225)	(117)	(34)	(28)	-
(+) Provisão referente à períodos anteriores	-	-	-	-	-	44.022
(-) Passivo reconhecido no balanço	-	-	-	-	-	64.532
(-/+)	-	-	-	-	-	-
(-) Total de PSL Judicial	-	-	-	-	-	64.532

iii - Concentração de riscos - carteira e área geográfica

A Seguradora considera como baixo o risco a potenciais exposições por região geográfica, tendo em vista as características dos riscos que opera. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por grupos de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio líquido de resseguo:

Em 31 de dezembro de 2025

Distribuição de prêmio bruto de resseguo									
Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos financeiros	%	Total (*)	%	
Centro-Oeste	40.436	60,17%	18.658	27,76%	8.112	12,07%	67.206	100%	
Nordeste	22.895	43,68%	8.617	16,44%	20.908	39,88%	52.420	100%	
Norte	9.906	74,98%	1.537	11,63%	1.768	13,38%	13.211	100%	
Sudeste	294.883	62,76%	50.210	10,69%	124.782	26,56%	469.875	100%	
Sul	154.192	81,23%	20.308	10,70%	15.331	8,08%	189.831	100%	
Total	522.312	65,90%	99.330	12,53%	170.901	21,56%	792.543	100%	

Distribuição de prêmio líquido de resseguo									
Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos financeiros	%	Total	%	
Centro-Oeste	8.785	46,85%	7.544	40,23%	2.421	12,91%	18.750	100%	
Nordeste	5.618	29,37%	6.750	35,29%	6.758	35,33%	19.126	100%	
Norte	2.137	54,92%	1.226	31,51%	528	13,57%	3.891	100%	
Sudeste	36.482	38,58%	34.641	36,63%	23.443	24,79%	94.566	100%	
Sul	39.408	65,58%	15.943	26,53%	4.745	7,90%	60.096	100%	
Total	92.430	47,06%	66.104	33,65%	37.895	19,29%	196.429	100%	

(*) Esse montante não inclui os prêmios de riscos vigentes não emitidos no valor de R\$ 3.451 milhões, conforme Nota Explicativa 23a.

Em 31 de dezembro de 2024

Distribuição de prêmio bruto de resseguo									
Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos financeiros	%	Total (*)	%	
Centro-Oeste	25.678	37,03%	37.914	54,67%	5.761	8,31%	69.353	100%	
Nordeste	18.755	31,76%	9.924	16,81%	30.366	51,43%	59.045	100%	
Norte	13.983	70,80%	3.620	18,33%	2.148	10,88%	19.751	100%	
Sudeste	256.663	53,84%	25.614	5,37%	194.420	40,78%	476.697	100%	
Sul	123.453	81,52%	8.069	5,33%	19.927	13,16%	151.449	100%	
Total	438.532	56,49%	85.141	10,97%	252.622	32,54%	776.295	100%	

Distribuição de prêmio líquido de resseguo									
Região Geográfica	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%	Riscos financeiros	%	Total	%	
Centro-Oeste	6.923	32,98%	11.416	54,38%	2.653	12,64%	20.992	100%	
Nordeste	1.393	6,84%	8.422	41,34%	10.559	51,83%	20.374	100%	
Norte	5.115	66,39%	1.734	22,51%	855	11,10%	7.704	100%	
Sudeste	24.095	27,53%	17.334	19,81%	46.080	52,66%	87.509	100%	
Sul	38.828	69,98%	6.195	11,17%	10.461	18,85%	55.484	100%	
Total	76.354	99,75%	45.101	23,48%	70.606	36,76%	192.063	100%	

(*) Esse montante não inclui prêmios de riscos vigentes não emitidos no valor de R\$ 7.400 milhões, conforme Nota Explicativa 23a.

Concentração de riscos - moeda

A Seguradora não apresenta concentrações relevantes de riscos em moeda estrangeira, uma vez que suas operações, emissões e liquidações ocorrem predominantemente em moeda nacional. Dessa forma, a exposição a variações cambiais é considerada pouco significativa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir, ou ter sua capacidade alterada, de honrar as obrigações contratuais assumidas.

A Seguradora mantém políticas e procedimentos formais para a aceitação, precificação e monitoramento do risco de crédito, que estabelecem limites por contraparte, com base na análise da capacidade econômico-financeira, tempo de atuação no mercado, histórico de relacionamento e comportamento de pagamento. Essas políticas visam mitigar potenciais perdas e assegurar a qualidade da carteira. A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições junto as suas contrapartes de resseguo, visando limitar e mitigar o impacto de eventual inadimplimento por parte das resseguradoras. O quadro abaixo apresenta os resseguros cedidos, brutos de comissões, riscos vigentes não emitidos e despesas diferidas, segregados por classe e "rating" atribuído por agências de classificação:

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	200.339	195.282
Participações diretas e indiretas em Sociedade Seguradora	(323)	(318)
Despesa antecipada	(202)	(322)
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	-	(37)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(5.619)	(2.045)
Ativos Intangíveis	-	-
Obras de arte	(4.466)	(4.466)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(85)	(313)
Patrimônio líquido ajustado - PLA - de Nível 1	181.301	187.790
Superávit entre provisões e fluxo realistas de prêmios/cont. registrados	22.658	23.591
Patrimônio líquido ajustado - PLA - de Nível 2	22.658	23.590
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	-	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA - de Nível 3	-	-
Excesso do Nível 2	-	-
Excesso de Nível 2 e 3	-	-
Patrimônio líquido ajustado - Total (1 + 2 + 3)	203.959	211.371
Capital base - CB	8.100	8.100
Capital baseado no risco de subscrição	33.350	32.631
Capital baseado no risco de mercado	25.888	26.541
Capital baseado no risco operacional	5.434	4.998
Capital baseado no risco de mercado	27.880	17.775
Benefício da diversificação	(21.935)	(17.755)
(*) Capital de risco	70.617	63.691
Capital mínimo requerido - CMR (*)	203.959	211.371
Patrimônio líquido ajustado	(70.617)	(63.691)
(-) Exigência de capital - EC	(133.342)	(147.680)
Suficiência de capital - RS	188,82%	231,87%
Suficiência de capital (% da EC)	133,34%	147,68%

(*) A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando o art. 57, da resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021.

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2024 foi objeto de reavaliação após reclassificação dos ativos intangíveis conforme apresentação na Nota explicativa nº 2.1, ao qual, as demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, não sofreram alteração dos valores. A reclassificação decorre do fato de que, na divulgação original, os ativos classificados nos níveis 2 e 3 estavam apresentados no nível 1, bem como os ativos intangíveis não haviam sido evidenciados separadamente para fins de apuração do PLA.

Em decorrência da adequada segregação e evidência, o índice de suficiência passou de 231,87% para 216,14%, permanecendo, entretanto, superior ao mínimo regulatório exigido para cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR), sem impacto na suficiência de capital da Seguradora. A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e CNSP nº 479 de 27 de dezembro de 2024 alterações posteriores, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR. A Seguradora continua apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.219	9.424
Total	2.219	9.424

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1. Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo

8.1.1. Por meio do resultado

31 de dezembro de 2025									
1 a 30 dias	ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	%	Taxa de juros contratada	Taxa de juros	
								contra-tada	de juro
Aplicações financeiras									
Títulos para negociações									
Letras financeiras do tesouro	155.823	26.487	-	238.724	421.034	100%	-	-	-
Letras financeiras de curto prazo	-	20.129	-	205.247	225.376	54%	SELIC	-	-
Letras financeiras	27.913	6.358	-	33.477	67.748	16%	CETIP	-	-
Quotas de fundos de renda fixa	127.910	-	-	127.910	30%	CDI	-	-	
Total	155.823	26.487	-	238.724	421.034	100%			

31 de dezembro de 2024									
1 a 30 dias	ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	%	Taxa de juros contratada	Taxa de juros	
								contra-tada	de juro
Aplicações financeiras									
Títulos para negociações									
Letras financeiras do tesouro	82.199	-	-	261.869	261.869	63%	SELIC	-	-
Letras do tesouro nacional	-	-	10.345	10.345	2%	SELIC	-	-	
Letras financeiras	-	-	60.475	60.475	15%	CETIP	-	-	
Quotas de fundos de renda fixa	82.199	-	-	82.199	20%	CDI	-	-	
Total	82.199	-	10.345	322.344	414.888	100%			

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo seu valor de mercado.

Os títulos de renda fixa são classificados no curto e no longo prazo conforme seus prazos de vencimento. Ressalta-se que, independentemente da classificação, todos os títulos apresentam liquidez imediata.

Auração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo por meio do resultado, conforme segue:

Aplicações financeiras	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Letras financeiras	293.124	127.910	421.034	332.689	82.199	414.888
Letras financeiras do tesouro	225.376	-	225.376	261.869	-	261.869
Letras do tesouro nacional	-	-	-	10.345	-	10.345
Letras financeiras	67.748	-	67.748	60.475	-	60.475
Quotas de fundos de renda fixa	-	127.910	127.910	82.199	-	82.199

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no exercício de 2025:

Títulos para negociações:	31/12/2024			31/12/2025		
	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Letras financeiras do tesouro	261.869	274.293	(344.342)	33.556	225.376	-
Letras do tesouro nacional	10.345	-	(11.035)	690	-	-
Letras financeiras	60.475	20.026	(22.466)	9.713	67.748	-
Fundo de renda fixa	82.199	219.735	(186.364)	12.340	127.910	-
Totais	414.888	514.054	(564.207)	56.299	421.034	-

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no exercício de 2024:

Títulos para negociações:	31/12/2023			31/12/2024		
	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Letras financeiras do tesouro	263.770	335.891	(369.075)	31.283	261.869	-
Letras do tesouro nacional	34.485	10.000	(34.500)	360	10.345	-
Linhas financeiras	-	55.006	-	5.469	60.475	-
Fundo de renda fixa	107.454	126.237	(160.852)	9.360	82.199	-
Totais	405.709	527.134	(564.427)	46.472	414.888	-

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há operações com instrumentos financeiros derivativos que não existam saldos a pagar ou a receber referentes à instrumentos financeiros derivativos.

10. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e de resseguro aceito e estão apresentados líquidos da provisão para perda ao valor recuperável. A provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída conforme estudo próprio da Seguradora, conforme definido pela Circular SUSEP nº 648/21 e Circulares posteriores.

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer de 1 a 30 dias	174.327	175.112
A vencer de 31 a 60 dias	49.760	48.482
A vencer de 61 a 120 dias	72.842	64.106
A vencer de 121 a 180 dias	35.618	25.515
A vencer de 181 a 365 dias	59.953	38.481
A vencer acima de 365 dias	82.912	77.696
Vencidos	8.553	28.496
Total	483.965	457.888
Circulante	401.053	380.190
Não Circulante	82.912	77.698

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Prêmios a receber - bruto	Prêmios sobre créditos - líquido	Prêmios a receber - bruto	Prêmios sobre créditos - líquido
Compreensivo empresarial	13.725	(1)	13.724	21.428
Lucros cessantes	12.365	-	12.365	18.186
Risco de engenharia	3.503	-	3.503	12.371
Riscos diversos	597	-	597	1.277
Riscos nomeados e operacionais	238.970	(1)	238.969	213.578
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	5.173	-	5.173	6.237
Responsabilidade civil ambiental	205	-	205	245
Responsabilidade civil geral	11.275	(5)	11.270	9.698
Responsabilidade civil profissional (EAO)	16.570	(6)	16.564	13.021
Fiança Locatícia	1.648	(1)	1.647	1.494
Garantia Seguradora - Setor público	157.221	(326)	156.895	154.585
Garantia seguradora - Setor privado	23.161	(108)	23.053	6.241
Total	484.413	(448)	483.965	458.361

A movimentação dos prêmios a receber está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	457.888	313.281
Prêmios emitidos	1.109.496	1.120.799
CANCELAMENTOS	(234.735)	(327.969)
Recebimentos	(843.418)	(658.944)
Adicional de fracionamento	181	(58)
IDF	(1.971)	3.594
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - PRVNE (nota 23a)	(3.451)	7.400
Varição redução ao valor recuperável	(25)	(235)
Saldo no final do exercício	483.965	457.888

10.1. Operações com seguradoras

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido a pagar	62.074	78.349
Prêmios a restituir de resseguro aceito	-	483
Sinistros - Ressarcimento e salvados	78	-
Total	62.152	78.832
Circulante	49.951	59.762
Não Circulante	12.201	19.070

10.2. Operações com resseguradores - Passivo

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmio de resseguros líquidos	231.314	193.849
PRVNE	55.623	48.750
Excesso de danos	56.250	63.710
(-) Comissão escalonada	(7.355)	(1.250)
Salvados e ressarcimentos	628	5
(-) Redução ao valor recuperável	(450)	(500)
Total	336.010	304.564
Curto prazo	307.095	280.669
Longo prazo	28.915	23.895

10.3. Corretores de seguros e resseguros

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões a pagar - Liderança	62.833	53.876
Comissões a pagar - Cosseguro aceito	22.433	21.176
Total	85.266	75.052
Curto Prazo	64.264	55.622
Longo Prazo	21.002	19.430

11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Outros créditos operacionais	Provisão	Outros créditos operacionais	Provisão
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	(335)	-	-
Outros créditos e Corretores	4.429	(777)	3.652	(720)
Total	4.764	(1.112)	3.652	(1.055)

A Administração mantém provisão constituída de R\$ 1.112 milhão em 2025 (R\$ 1.055 milhão em 31 de dezembro de 2024) para cobertura das perdas esperadas com esses créditos.

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes temporais (I)	5.619	2.045
Outros créditos a compensar (II)	1.259	13.968
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL (III)	6.878	37
Total	13.756	16.050

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	31/12/2024	Constituições	Reversões/Reversões	31/12/2025
Ajustes temporais	2.045	7.285	(3.711)	5.619
Prejuízo fiscal e base negativa (IV)	37	-	(37)	-
Total	2.082	7.285	(3.748)	5.619

	31/12/2023		31/12/2024	
	Constituições	Reversões/Reversões	31/12/2023	31/12/2024
Ajustes temporais	1.060	20.547	(19.562)	2.045
Prejuízo fiscal e base negativa (IV)	1.008	-	(971)	37
Total	2.068	20.547	(19.531)	2.082

(I) Os créditos tributários de ajustes temporais referem-se, substancialmente, a ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, provisões para perdas de recebíveis, provisões para riscos e outras provisões temporárias;

(II) Outros créditos a compensar referem-se, substancialmente, a créditos tributários de períodos anteriores e antecipações do exercício, os quais serão compensados dentro do prazo estabelecido pelos artigos 944 a 949 do Decreto 9.580 de 22 de novembro de 2018 (Revoga o Decreto 3.000 de 26 de março de 1999);

(III) Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora não possuía prejuízo fiscal de imposto de renda, (R\$ 37 mil em 2024) e, também, não apresenta base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2025, constituída;

(IV) A Fator Seguradora está sujeita ao regime de tributação pelo lucro real, em conformidade com o inciso II do artigo 14 da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, bem como as seguintes alíquotas de 15% (quinze por cento) para a Contribuição Social sobre Lucro Líquido e 15% (quinze por cento) para o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, acrescida de adicional de 10% (dez por cento) sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 mil por ano.

A Administração da Seguradora avaliou a recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e diferenças temporárias, com fundamento em projeções internas de geração futura de lucros tributáveis para fins de IRPJ e CSLL. Com base nessas estimativas, entende que há expectativa razoável de realização desses créditos, observadas as limitações previstas na legislação vigente.

	Realização em 2025		Realização em 2024	

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Custo de aquisição diferido

b.1) Custo de aquisição diferidos

Ramos	31/12/2025	31/12/2024
Compreensivo empresarial	1.769	2.731
Lucros cessantes	2.472	1.871
Riscos de engenharia	1.421	2.316
Riscos diversos	208	273
Riscos nomeados e operacionais	24.526	21.573
Fiança locatícia	1.114	1.042
Garantia seguro - setor público	82.616	75.210
Garantia seguro - setor privado	9.387	7.650
Responsabilidade civil ambiental	37	31
Responsabilidade civil geral	4.194	3.438
Responsabilidade civil profissional - E&O	5.294	4.261
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.074	888
Total	134.112	121.284
Curto prazo	72.485	64.384
Longo prazo	61.627	56.900

b.2) Custo de aquisição diferidos - movimentações

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	121.283	92.541
Constituições decorrentes de comissões	29.263	128.224
Diferimentos pelo risco decorrido	(16.434)	(99.481)
Saldo no final do exercício	134.112	121.284
Curto prazo	72.485	64.384
Longo prazo	61.627	56.900

Custo de aquisição diferido refere-se as comissões decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emittidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.

c) Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	31/12/2025	31/12/2024
Compreensivo empresarial	16.051	25.583
Lucros cessantes	12.216	17.035
Riscos de engenharia	12.437	16.735
Riscos diversos	3.933	1.659
Riscos nomeados e operacionais	235.684	190.756
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	6.628	9.625
Responsabilidade civil ambiental	177	310
Responsabilidade civil geral	4.446	3.383
Responsabilidade civil profissional	5.596	5.077
Fiança locatícia	3.034	3.509
Garantia seguro - Setor público	151.961	145.024
Garantia seguro - Setor privado	17.117	15.983
Total	469.280	434.879
Circulante	358.612	331.197
Não Circulante	110.668	103.482

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	434.679	353.874
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	291.442	480.003
Diferimento pelo risco decorrido	(256.841)	(399.198)
Saldo no final do exercício	469.280	434.879
Circulante	358.612	331.197
Não Circulante	110.668	103.482

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

d) Ativos de resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
Composição dos ativos de resseguros:		
Ativos de resseguro - provisões técnicas		
Sinistros de resseguros	360.558	402.836
Prêmios de resseguros	615.829	575.158
Comissões de resseguros	(146.548)	(140.479)
Redução ao valor recuperável	(1.061)	-
Total	828.778	837.315
Curto prazo	654.701	683.443
Longo prazo	174.077	153.872

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - Seguros (nota 19)	1.229.717	1.218.930
Exclusões		
Provisões técnicas - Resseguros redutores	(406.606)	(452.762)
Direitos creditórios	(392.627)	(334.679)
Custo de aquisição diferidos redutores da PPNG	(69.146)	(54.527)
Total das exclusões	(868.379)	(841.968)
Provisões técnicas para cobertura	361.338	376.962
Título de renda fixa públicos vinculados a cobertura	67.748	60.475
Título de renda fixa privados vinculados a cobertura	225.376	272.214
Quotas de fundos vinculados a cobertura	127.910	76.496
Suficiência apurada	59.696	32.223
Ativos livres	-	5.703

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

A referida rubrica trata-se basicamente, a recebimentos de prêmios que ainda não foram devidamente identificados.

	31 de dezembro de 2025			
	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
Vencidos				
De 1 a 30 dias	5.565	436	2.818	8.819
De 31 a 60 dias	-	-	3.860	3.860
De 61 a 120 dias	-	-	9.860	9.860
De 121 a 180 dias	-	-	76	76
De 181 a 365 dias	-	-	187	187
Acima de 365 dias	-	-	1.284	1.284
Depósitos de Terceiros	5.565	436	18.085	24.086

	31 de dezembro de 2024			
	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
Vencidos				
De 1 a 30 dias	3.536	3.777	18.214	25.527
De 31 a 60 dias	1.097	45	2.482	3.624
De 61 a 120 dias	629	141	1.944	2.714
De 121 a 180 dias	2.206	-	863	3.069
De 181 a 365 dias	2.870	-	3.104	5.974
Acima de 365 dias	1.738	-	25	1.763
Depósitos de terceiros	12.078	3.963	26.632	42.671

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$146.480 milhões, representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001). Em maio de 2025 a Seguradora distribuiu R\$ 24.000 milhões (R\$ 0 em 2024) a título de dividendos.

c) Juros sobre capital próprio

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 17 de junho de 2025, deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$ 3.891 milhões. Posteriormente, a AGE realizada em 21 de outubro de 2025 aprovou novo pagamento no valor de R\$ 8.597 milhões, e a AGE realizada em 02 de fevereiro de 2026 deliberou pagamento adicional de R\$ 4.428 milhões. Dessa forma, o total de JCP deliberado, referente ao exercício de 2025, alcançou o montante de R\$ 16.916 milhões (R\$ 12.126 milhões em 2024), limitado à aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido do exercício anterior, nos termos da legislação vigente. Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, os referidos valores foram revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado aos acionistas reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, proporcionando uma economia tributária de R\$ 6.766 milhões (R\$ 4.850 milhões em 2024).

d) Reservas de lucros

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No encerramento do exercício de 2025, foi destinado o montante de R\$ 1.453 milhão para a reserva legal (R\$ 1.564 milhão em 2024), representando 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido e destinação de R\$ 27.604 milhões para a Reserva Estatutária (R\$ 17.581 milhões em 2024), representando 9% (nove por cento) do Capital Social, em atendimento ao Estatuto Social da Companhia.

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Prêmios emitidos

Ramos	Prêmios Emitidos	
	31/12/2025	31/12/2024
Compreensivo Empresarial	32.917	50.212
Lucros Cessantes	28.268	31.358
Riscos de engenharia	5.799	7.942
Riscos diversos	9.433	3.851
Riscos nomeados e operacionais	445.895	366.369
Responsabilidade Civil de administradores e diretores (D&O)	22.440	32.806
Responsabilidade Civil Riscos Ambientais	635	1.228
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	34.944	30.196
Responsabilidade Civil Geral	41.310	37.276
Fiança Locatícia	2.804	2.693
Garantia seguro-setor público	141.674	189.434
Garantia seguro-setor privado	26.424	22.930
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	792.543	776.295
Prêmios de riscos vigentes não emitidos (nota 10)	3.451	(7.400)
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	795.994	768.895
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	(46.262)	(142.998)
(-) Provisão de prêmios não ganhos Diretos	(42.422)	(145.912)
(-) Provisão de prêmios não ganhos RVNE	(3.840)	2.914
Prêmios ganhos (nota 19b)	749.732	625.897

b) Principais ramos de atuação

Ramos	Índices de (%)		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Compreensivo empresarial	42,905	49,643	77,79 %
Lucros cessantes	28,071	27,536	-
Riscos de engenharia	10,084	12,851	2,81%
Riscos diversos	7,446	3,402	(78,77) %
Fiança locatícia	2,813	2,788	(0,76) %
Riscos nomeados e operacionais	412,176	287,328	34,09%
Responsabilidade civil administradores (D&O)	25,508	34,141	(79,25) %
Responsabilidade civil riscos ambientais	821	1,253	-
Responsabilidade civil geral	31,336	26,060	67,04 %
Responsabilidade civil profissional (E&O)	38,197	36,330	32,52%
Garantia seguro - setor público	129,701	118,241	0,46%
Garantia seguro - setor privado	20,674	26,324	151,29%
Total	749,732	625,897	28,64%

c) Sinistros ocorridos

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros	(261.970)	(139.702)
Despesas com sinistros	(15.505)	(18.441)
Recuperações de sinistros	25.729	11.695
Varição da provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNER	13.734	9.318
Varição da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	19.967	2.004
Salvados	47	144
Ressarcimentos	4.168	4.458
Total	(213.375)	(130.524)

d) Custos de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões	(114.409)	(106.884)
Recuperação de comissões	10.320	15.566
Total	(104.089)	(91.318)

e) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.449	26.350
Ajuste ao valor de realização para obrigações	(59)	26.384
Ajustes de provisões e depósitos judiciais	2.508	(34)
Despesas	(2.441)	(29.506)
Convênio DPVAT	(751)	(282)
Cobrança	(66)	(5)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	927	(29.130)
Provisões civis	(394)	(11)
Inadimplimento em contratos de resseguros (*)	(2.157)	(18)
Outras	-	(60)
Total	8	(3.156)

(*) Provisão para potenciais não recuperações de resseguro

f) Resultado com resseguros

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	167.155	98.368
Recuperação de sinistros	179.850	78.933
Despesas com sinistros	8.147	13.340
Receitas de participações em lucros de contratos	-	6.750
Varição da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(20.842)	(215)
Despesas	(470.086)	(402.318)
Prêmios de resseguros cedidos	(602.987)	(582.258)
Comissões de resseguros cedidos (nota 6b)	101.055	102.255
Varição da despesa de resseguro (nota 6b)	34.572	80.805
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador (nota 6b)	(2.726)	(3.120)
Total	(302.931)	(303.950)

g) Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(57.356)	(45.668)
Serviços de terceiros	(15.796)	(12.905)
Locação e funcionamento	(8.321)	(7.712)
Publicidade e propaganda	(2.089)	(1.521)
Publicações	(140)	(144)
Doativos e contribuições	(243)	(104)
Outras despesas administrativas (i)	(3.586)	(2.960)
Total	(87.531)	(71.014)

(i) Encontra-se registrada nesta conta de outras despesas administrativas o saldo de R\$ 1.500 milhão (R\$ 1.411 milhão em 2024), referente a "Despesas corporativas com utilização de estrutura comum e contratos firmados para o conglomerado".

A Fator Seguradora mantém programa próprio, firmado com o Sindicato dos Secretários do Estado de São Paulo, para o pagamento de participação nos lucros e resultados a empregados e administradores. O acordo prevê a remuneração com base nos resultados operacionais e avaliação individual.

h) Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(16.740)	(12.584)
PIS	(2.855)	(2.302)
Taxa de fiscalização (SUSEP)	(1.103)	(1.104)
IPTU	(249)	(212)
Contribuição Sindical	-	(71)
Outras despesas com tributos	-	(25)
Total	(20.947)	(16.298)

i) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	61.630	46.818
Títulos públicos	34.786	37.112
Títulos privados	22.404	9.359
Atualização monetárias de créditos tributários	650	(25)
Receitas financeiras com operações		